



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**A INVENÇÃO DA PATRIMONIALIZAÇÃO DAS CULTURAS
POPULARES NO BRASIL: A SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA (DÉCADA
DE 1980)**

Diogo de Souza Brito*

Em 1979, avaliava-se que reforma uma institucional requeria uma delicada operação de reformulação da memória. No entanto, essa operação abriria em torno de si, um período de intensas disputas. Naquele momento, o controle da memória se revelava uma arma fundamental na disputa pelo domínio do poder institucional. Assim, se a memória sempre foi motivo de contendas, a novidade estava no fato de que deste momento em diante ela não seria disputada unicamente com interlocutores externos ao órgão, mas principalmente entre os membros da própria instituição. De uma época em que as erupções de vozes dissonantes eram facilmente apaziguadas pela existência de um projeto compartilhado, pelos laços de sociabilidade, redes de amizades e pelas fidelidades intelectuais, passava-se a outra de freqüentes conflitos. A memória sobre os *heróis* do patrimônio não reinaria mais sozinha. Para o observador atento, o mito da harmonia e da coesão interna estava sendo, definitivamente, quebrado.

Podemos argumentar que esse conflito se explicitava na medida em que o ingresso de novas gerações de técnicos levava ao surgimento de diferentes formas de filiar as expectativas de mudanças às referências do passado institucional. Isso porque se, de maneira geral, a chamada *modernização* do IPHAN (técnica, teórica e administrativa) era

* Doutorando em História Social – USP / FAPESP

vista como uma necessidade, o mesmo não ocorria com a alteração da composição de forças políticas em nível institucional. Assim, o ano de 1979, com a posse de Aloísio Magalhães na direção-geral do Instituto, seria sentido pelo quadro técnico da instituição como um momento de ruptura. Os efeitos foram logo sentidos, pois tal mudança nas relações de poder trazia em seu bojo uma atmosfera de vulnerabilidade e imprevisibilidade, em grande medida, desestabilizadoras. Tanto os profissionais do IPHAN quanto os que viriam de outros espaços se veriam forçados a redefinir suas expectativas.

Em meio a um diverso grupo profissional, formado agora não só por arquitetos (alguns contratados ainda nos anos 1940), mas também por jovens profissionais das diferentes áreas das ciências humanas e sociais, os conflitos sobre como as experiências passadas deveriam orientar o processo de renovação eram flagrantes. Para uns, determinados aspectos desse passado ainda deveriam servir como referência, para outros, esse passado deveria ser, simplesmente, abandonado. A partir de então, os diferentes *sentidos do passado*¹ seriam objeto de frequentes querelas.

A solução adotada foi, então, reescrever a história oficial em busca de novas bases de fortalecimento da identidade institucional. Assim, os procedimentos de *gestão da memória* seriam uma estratégia fundamental de legitimação do poder.² Entretanto, para edificar essa nova narrativa, várias camadas da memória institucional seriam mobilizadas para, então, serem adaptadas, distorcidas, apagadas. Neste momento haveria uma mudança no significado histórico do passado institucional. Não se tratava mais de buscar nas mesmas ideias e personagens do passado as respostas para os desafios do presente. Seletiva como toda construção da memória, nesta, pensamentos antes marginalizados ganhariam centralidade, personagens antes apagados emergiriam no panteão de heróis institucionais – outros seriam negados, esquecidos. Dentre esses futuros do passado, alguns seriam estrategicamente revisitados e, então, a renovação seria, tal como aponta Hobsbawm, *disfarçada como retorno ou descoberta de alguma parte do passado erroneamente esquecida ou abandonada*.³ Mário de Andrade seria o designado

¹ HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22-35.

² POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 13.

³ HOBBSAWM, 1998, p. 24.

para o papel de herói indevidamente marginalizado e cimento da nova identidade preservacionista. Com ele, pretendia-se usar o passado à favor da construção das bases históricas do novo projeto – filiar o presente ao passado para projetar o futuro, mas travestindo as mudanças com as vestes da continuidade.

Mas é preciso acrescentar que essa operação não se deu sem ambigüidades: havia uma tentativa de se criar uma imagem de renovação e, a um só tempo, legitimar a fase anterior evitando-se criar um corte na identidade institucional. Daí a necessidade de realizar um delicado equilíbrio entre o reconhecimento às conquistas anteriores, o elogio dos pontos úteis para o novo projeto e a crítica aos aspectos a serem superados. Rupturas. Permanências.

Apesar de todos os esforços, não seria possível requerer a existência de uma identidade unívoca. Deste período em diante, ela seria permanentemente disputada, manipulada (sobretudo por meio da memória, fonte que a alimenta). Este se tornaria um tempo de embates: nós x eles; referência x pedra e cal; CNRC x IPHAN; cientistas sociais x arquitetos; novos x antigos; Rodrigo x Aloísio; heróis x modernos. As polarizações não seriam superadas. Seriam, tão somente, equilibradas. Mas este tênue equilíbrio exigiria tanto acordos tácitos quanto negociações explícitas. Por mais que se tenha buscado construir uma imagem de continuidade, o acontecimento – a intervenção na continuidade do poder – seria encarado tanto pelos que lá estavam quanto pelos que chegavam como uma ruptura. Ainda que as narrativas oficiais buscassem o equilíbrio, a proporção tomada pelas mobilizações da memória não conseguiriam camuflar as disputas. Mas devemos reforçar: nesse jogo de *fabricação* de passados⁴, nenhum dos lados buscava revivê-lo, mas servir-se dele simbolicamente como arma nas disputas contemporâneas por poder e espaço político nos debates sobre a reformulação institucional.

A história oficial seria narrada no livro *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*.⁵ As ações que aprofundariam essa reorganização dos significados do passado institucional seriam as séries *Memórias da Instituição* (dedicada à obra de seus principais ideólogos) e *SPHAN – Memória Oral* (dedicada aos testemunhos orais dos técnicos mais antigos da repartição). Nesse contexto, o ano de 1979 não será entendido como o ponto de deflagração de uma crise institucional, mas como o

⁴ HOBBSAWM, 1998, p. 28.

⁵ SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN, 1980.

acontecimento mais traumático de uma série de eventos iniciados ainda na década anterior. Deste modo, as mobilizações da memória e da identidade institucional, estratégias de um refinado programa intelectual, devem ser entendidas como um efeito e uma tentativa de reação a uma crise institucional que, por sua vez, seria a expressão mais visível de um momento de crise de todo um modelo de preservação. Assim, nosso objetivo será o compreender qual o papel atribuído ao pensamento de Mário de Andrade nesse contexto de reformulação.

Essa reescrita da história trouxe consigo, um problema: criar e consolidar a imagem de um herói que deveria ser acolhido tanto pelos funcionários do IPHAN quanto pelos técnicos do CNRC e do PCH. Em um momento de mudanças, dar ao órgão uma referência coerente com as propostas emergentes e que exercesse fascínio sobre o diversificado corpo técnico. Mas desse herói se esperava ainda a capacidade de expandir a legitimação do projeto para fora dos espaços da repartição, junto a sociedade que, ao menos no plano discursivo, era incorporada pela política preservacionista. Para isso a história oficial reinventaria seu herói principal. Mário de Andrade, anteriormente uma espécie de herói marginal, sempre mencionado de passagem para não somente ceder seu prestígio à obra que Rodrigo M. F. de Andrade edificara, será alçado ao posto de herói protagonista e referência teórica principal do novo projeto. Assim há três questões a serem perseguidas neste momento: por que Mário de Andrade? Quando a primeira referência ao seu nome aparece? Como sua imagem e pensamento são apropriados?

Há muito cálculo na escolha de um herói. E a seleção de Mário de Andrade não se deu fortuitamente. A ele caberia o papel de ordenar um equilíbrio reconfortante entre o experiência *heróica* e a expectativa de *modernização*, entre o passado elitista e de isolamento e o futuro de abertura aos bens culturais populares e à participação das *comunidades* locais. Seu nome foi selecionado, pois sua imagem expressaria as aspirações de um projeto preservacionista capaz de capturar e mobilizar as paixões tanto dos grupos que se confrontavam no plano institucional, quanto da sociedade que reivindicava seu direito de participação no momento da abertura política.⁶

A esse projeto Andrade conferiria lastro histórico, vínculo com a origem da instituição, prestígio intelectual. Aloísio Magalhães buscava filiar seu projeto de

⁶ Sobre o uso dos mitos como forma de mobilização política, ver: GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 9-24.

ampliação do conceito de bem cultural a uma linha de pensamento pertencente ao próprio órgão para que as mudanças fossem entendidas como uma reformulação feita a partir de referências oriundas da tradição intelectual do IPHAN. Dessa perspectiva, se essas ideias fossem recebidas como “de dentro”, e não como imposições externas, elas poderiam ajudar a consolidar o projeto em curso. Como destaca Silvana Rubino, deste momento em diante, as referências à Mário de Andrade surgirão *como que reivindicando um resgate, como se houvesse um verdadeiro SPHAN, o de seu projeto, uma origem a ser recuperada – o SPAN sem “h” de Mário torna-se uma meta.*⁷ Assim, afirma ainda a autora, *qualquer desvio é então algo a ser corrigido.*⁸ O olhar se voltaria para o passado, mas não para a fase heróica. O anteprojeto de Mário de Andrade era o *futuro passado*⁹ que poderia ter sido, mas não foi. O passado, não mais considerado um essência única a ser repetida, se apresentaria como um repositório de possibilidades.¹⁰

A primeira referência à Mário de Andrade nesses debates surge em fins de 1978, em um estudo em que Aloísio Magalhães refletia sobre a possibilidade de incorporação ao IPHAN como uma das alternativas para institucionalização do CNRC.¹¹ Nele Mário Andrade, apesar de entrar em cena, ainda não era o personagem principal. Notemos que seu nome seria abertamente mencionado com a finalidade de legitimar a ida de Aloísio Magalhães para o IPHAN, somente quando este consolida sua nomeação para o cargo de diretor-geral da instituição. Anteriormente, seja nas publicações de divulgação institucional, atas e relatórios do CNRC, ou mesmo nos discursos de Aloísio Magalhães, Mário de Andrade nunca havia sido mencionado como patrono de um suposto programa preservacionista do Centro. Com essa perspectiva a primeira menção à filiação entre Mário de Andrade, o CNRC e o IPHAN, que conseguimos mapear, foi na ata da reunião da direção do CNRC, na qual Aloísio Magalhães comunicou oficialmente ao grupo sua indicação para o posto de diretor-geral do IPHAN. Na ocasião, Magalhães foi questionado

⁷ RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1967*. Dissertação (Mestrado), UNICAMP/IFCH/Antropologia Social, Campinas, 1992, p. 65.

⁸ RUBINO, 1992, p. 70.

⁹ KOSELLEK, 2006, p. 23.

¹⁰ HARTOG, 2013, p. 188.

¹¹ MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. In: MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos Bens Culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

sobre como compatibilizar os dois projetos. O fato foi registrado em ata da seguinte maneira:

O secretário Francisco Alvim interessou-se em conhecer detalhes sobre a posição do CNRC dentro desse novo sistema. O Professor Aloísio Magalhães esclareceu que não há incompatibilidade entre os órgãos a se reunirem; já o conteúdo do primitivo projeto do IPHAN, proposto por Mário de Andrade ao, então, Ministro Capanema, coincide com o do CNRC. Quanto à gerência financeira do Centro, atualmente executada pela Fundação Cultural do Distrito Federal, passaria a ser realizada pelo próprio IPHAN.¹²

Mas para além do tom tranquilizador da resposta de Magalhães, ao que indica o conteúdo das atas, a preocupação com tal filiação não deixaria de ser reiteradamente debatida nas últimas reuniões que antecederam o encerramento do convênio que financiava o CNRC. A preocupação era a de *evitar riscos futuros que viessem a interferir com os objetivos a que se propõem o Centro*¹³, não corrompendo sua metodologia de pesquisa e seu desempenho *conservando a sua melhor tradição de pesquisa*.¹⁴ Os membros do grupo sabiam que os objetivos dos dois projetos não eram exatamente os mesmos. Assim, Magalhães seguiria reafirmando os atributos do anteprojeto de Mário de Andrade (*documento bastante abrangente para sua época*¹⁵) e garantindo não haver *nenhuma razão para que não se continue a metodologia de trabalho até agora empregada*.¹⁶ Por fim, outros integrantes do grupo também fariam coro ao novo discurso, substituindo o foco da questão do desenvolvimento regional para o da preservação.

Nesse contexto, todas as iniciativas que estivessem relacionadas ao nome de Mário de Andrade ganhariam visibilidade: pesquisas, exposições, livros, filmes, espetáculos teatrais, movimentos literários. Foi nas páginas do *Boletim da SPHAN* que esse culto ao seu legado intelectual melhor se expressou. Matéria exemplar, nesse sentido, foi a que relembra, em comemoração aos 35 anos de seu falecimento, a importância que sua obra tomava como *catalizadora* dos novos caminhos tomados pela produção

¹² CNRC. Ata da 10ª reunião ordinária do grupo de trabalho encarregado de coordenar a implantação do Centro Nacional de Referência Cultural. Brasília. 2/05/1979, p. 1.

¹³ CNRC. “Ata da 10ª reunião...”. 2/05/1979, p. 1.

¹⁴ CNRC. Ata da 11ª reunião ordinária do grupo de trabalho encarregado de coordenar a implantação do Centro Nacional de Referência Cultural. Brasília. 4/12/1979, p. 2.

¹⁵ Aloísio Magalhães. CNRC. “Ata da 11ª reunião...”. 4/12/1979, p. 1.

¹⁶ Aloísio Magalhães. CNRC. Ata da 12ª reunião ordinária do grupo de trabalho encarregado de coordenar a implantação do Centro Nacional de Referência Cultural. Brasília. 29/01/1980, p. 1.

acadêmica e artística no país. Destaque especial recairia também sobre papel desse legado para as novas políticas patrimoniais preocupadas com que as *manifestações culturais possam permanecer e transformar-se em permanente equilíbrio com o universo ecológico, induzindo, como desejável consequência, o aprimoramento da organização social*.¹⁷ À divulgação de projetos externos, somavam-se a execução e divulgação de ações da própria instituição. Ações estas de nítido apelo simbólico. Assim, dentro do projeto de restauração da imagem heróica de Mário de Andrade, também seriam restauradas a residência e a capela do Sítio Santo Antônio. Esse conjunto além de ter sido objeto de um conhecido estudo realizado por Mário de Andrade para a revista do SPHAN, foi posteriormente comprado e doado por ele à instituição.¹⁸ Em 1986, o acervo de Mário de Andrade, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, também seria tombado pela SPHAN. Haveria melhor maneira de reconhecer seu compromisso com a repartição e com a *causa* da preservação?

Dentre as publicações dedicadas a cultivar a memória dos patrimonializadores, foco maior de nosso interesse nesse momento, uma foi dedicada ao novo herói: *Mário de Andrade: Cartas de trabalho*¹⁹, contendo sua correspondência com Rodrigo M. F. de Andrade, o anteprojeto para o SPHAN e outros estudos realizados para a repartição. Esse conjunto de documentos visava delimitar e destacar uma imagem específica de Mário de Andrade, a de seu momento de esplendor no campo das políticas culturais: diretor do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, autor do anteprojeto do SPHAN e Assistente Técnico do SPHAN em São Paulo. Um autor e gestor de projetos inovadores e ambiciosos. A apresentação desses documentos coube a antropóloga Lélia Coelho da Frota, para quem a justificativa da publicação da obra se encontrava em seu *caráter documental*, bem como em seu *caráter normativo*, devido à atualidade de seus conceitos para orientação da política preservacionista dos anos 1980.²⁰

¹⁷ Mário de Andrade: sempre presente. *Boletim do IPHAN*, nº 4, jan.-fev., 1980, p. 14.

¹⁸ SPHAN restaura casa doada por Mário de Andrade ao Patrimônio. *Boletim SPHAN/Pró-Memória*, mai-jun, 1981, p. 9.

¹⁹ ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho – correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1981.

²⁰ FROTA, Lélia Coelho. Mário de Andrade: uma vocação de escritor público. In: ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho – correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1981, p. 21.

Outra especificidade dessa argumentação é que nela Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade, o Departamento de Cultura e o SPHAN, seriam pensados em suas afinidades e não em suas divergências. Assim, seriam ressaltados a *sólida amizade*, o perfil intelectual de escritores e homens públicos, a partilha do ideal modernista de *atualização de inteligência brasileira*, o projeto comum de criação do serviço do patrimônio, a cumplicidade e generosidade intelectual. Num momento em que os dois nomes evocavam projetos preservacionistas oponentes, nada mais prudente do que pregar a união. Não obstante, todo destaque era dado a Mário de Andrade e sua concepção abrangente de cultura, atenta às diversidades e que visava conciliar, sem hierarquizações, os elementos eruditos e populares da cultura brasileira.²¹

Para desenvolver sua argumentação, Frota acompanhou a trajetória funcional de Mário de Andrade no SPHAN, tendo como fio condutor sua correspondência com Rodrigo M. F. de Andrade. Desse modo, sua análise seria dividida em dois momentos: *Os anos rápidos* e *Os anos longos*. Em *Os anos rápidos*, é analisado o período que vai de 1936, ano de redação do anteprojeto, até 1938, ano em que Mário de Andrade é demitido do Departamento de Cultura e se muda para o Rio de Janeiro. Segundo Frota, *o que prefigurou para o SPHAN como conceito no anteprojeto, e depois nas formas de ação da sua assistência técnica a este Serviço, Mário atualizou em maior escala na direção do Departamento de Cultura*. Se esta leitura conciliadora sugeria que ambos os projetos partilhavam uma visão comum da cultura e que os dois órgãos eram vistos, pelo próprio Mário de Andrade, como *indissociáveis* e até complementares, os valores márioandradianos que se queria resgatar eram, especificamente, aqueles que foram formulados no Departamento de Cultura. Seria a *concepção abrangente* de cultura, nascida ali, que seria levada ao SPHAN:

Em ambos os serviços públicos, repito, nota-se o objetivo de envolver todo o universo da produção cultural. No anteprojeto para o SPHAN Mário denomina de “obras de arte patrimoniais e arte arqueológica, a arte ameríndia, a arte popular, a arte histórica, a arte erudita nacional, a arte erudita estrangeira, as artes aplicadas nacionais, as artes aplicadas estrangeiras”. O seu interesse de polígrafo pelo universo total da cultura formara-se no espírito do Modernismo, que aprofundou na realidade brasileira a observação da terra iniciada pelos românticos.²²

²¹ FROTA, 1981, p. 22-23.

²² FROTA, 1981, p. 25.

Mas além da visão abrangente de cultura, Mário de Andrade seria o precursor de aspectos técnicos e de temas de estudo que se institucionalizariam no SPHAN: a compreensão da necessidade de formar pesquisadores para o setor (Curso de Folclore), a preocupação com a elaboração de estudos científicos (Sociedade de Etnografia e Folclore), a edição de um Boletim, a divulgação das pesquisas no exterior, o interesse pela história da arte colonial brasileira. Com habilidade e sem ligeireza, a paternidade do SPHAN era, ao longo de todo o texto, requerida para Mário de Andrade: *vemos portanto que o SPHAN e o Departamento de Cultura permaneciam indissociáveis na formulação das políticas culturais do co-fundador de ambas as instituições.*²³

Para ilustrar o seu conceito de bem patrimonial, ou cultural o livro exibía em suas primeiras páginas um álbum com desenhos e fotografias feitos pelo patrimonializador em suas viagens de descobertas a diversas regiões do país. Da viagem a Minas Gerais, em 1924, surgem registros da arquitetura colonial religiosa e civil, urbana e rural, dos congados, das carrancas das embarcações do Rio São Francisco. Em 1927, em viagem à Amazônia, registra os monumentos urbanos, o comércio popular, as casas de palha, a populações indígenas, aspectos da economia regional da borracha (indústria de beneficiamento, sangria da seringueira). Nos registros realizados no Nordeste (1928/1929), juntam-se aos bens arquitetônicos as festas populares, “tipos” da população local e detalhes do comércio regional (como a exposição da carne seca nas feiras). Em seu estado, São Paulo, Mário de Andrade registrou os aranhas-céu, as festas populares do interior, aspectos da economia cafeeira e da cultura caipira.

Era esse sentido abrangente, antropológico, da revisão modernista que mesclava o popular ao erudito o aspecto de seu pensamento que a obra pretendia destacar. Surge destas páginas um Mário de Andrade, mais do que turista aprendiz, antropólogo, cujo olhar sem exotismo buscava compreender a diversidade das culturas regionais do Brasil.²⁴ Nesse contexto, a associação dessa imagem ao projeto institucional da SPHAN/Pró-Memória não tardaria a ser feita:

Deixou Mário de Andrade delineado, nas fotos que tirou e guardou no seu arquivo (...) todo um perfil do patrimônio cultural brasileiro, a que não faltou o registro da paisagem. E onde ficou ainda assinalada a tensão entre a economia pré-industrial, e os bens culturais que dela procedem, e o processo industrial, tensão que aflora amargamente em

²³ FROTA, 1981, p. 26-28.

²⁴ FROTA, 1981, p. 2-15.

Macunaíma. E que não se desassemelha daquela que preside hoje a tarefa de preservação e revitalização dos bens patrimoniais a que se aplica a SPHAN num esforço de conciliar a continuidade e diversidade de nossas expressões culturais com o desenvolvimento social.²⁵

Agora voltadas para o patrimônio cultural, as ações de patrimonialização deveriam afirmar cada vez mais seu compromisso com a promoção da diversidade cultural e do desenvolvimento social. No plano discursivo, as certezas que envolviam o projeto nacionalista seriam, aos poucos, abandonadas. Portanto, se a intenção era dar visibilidade ao projeto márioandradiano de conciliação entre o *erudito e o popular* a imagem dos trabalhos do funcionário-herói do SPHAN dedicado à *causa* também seria acentuada: suas *aventuras ao ar livre do levantamento dos bens culturais paulistas*, o *entusiasmo* e as *vicissitudes experimentadas*, o êxtase da descoberta, a exaustão física, as incertezas da pesquisa de campo. Seria desnecessário retomar em detalhes o conteúdo do anteprojeto, minuciosamente analisado em diversos estudos²⁶, mais importante aqui é a maneira como ele e o seu autor foram simbolicamente apropriados pelo novo programa institucional, pois as cartas e relatórios funcionais redigidos por Mário de Andrade, em quase nada lembram o conteúdo de seu ambicioso anteprojeto. Com isso, estamos argumentando que a sustentação dessa leitura de seu pensamento dependia de seleções e esquecimentos e, nesse sentido, que outros documentos reunidos na obra eram a própria negação da imagem que se queria ressaltar. Nas cartas e relatórios, elaborados para o SPHAN, nada dos fetiches, instrumentos de caça, pesca e agricultura, nada de jazidas funerárias, lugares da natureza, cidades lacustres, aldeamentos, cerâmica, arquitetura popular, vocábulos, lendas, músicas, superstições, que compunham as *artes arqueológica, ameríndia ou popular*, descritas no anteprojeto. Nem mesmo elementos das *artes aplicadas*, estrangeira ou nacional, ou da *arte erudita estrangeira*. Desses documentos emergem apenas um recorte muito limitado do que seriam a *arte histórica* e a *arte erudita nacional*: igrejas, capelas, casas-grande, fortes; altares de talha, tetos com pinturas, quadros, pias, candelabros, imagens sacras. Exemplares estes prioritariamente dos séculos XVII e XVIII, selecionados por seus valores artísticos ou históricos.

E, se na primeira fase do trabalho para o SPHAN, havia como contraponto as atividades realizadas pelo Departamento de Cultura, no período denominado por Frota de

²⁵ FROTA, 1981, p. 29.

²⁶ RUBINO, 1991, p. 63-105; CHUVA, 2008, p. 159-165.

Os anos longos, esse álibi não mais existia. Esse tópico, último da análise, é dedicado ao período entre 1941 e 1945, fase em que Mário de Andrade voltou a viver em São Paulo após quase dois anos no Rio de Janeiro. Em 1941, ao retornar a São Paulo, se torna funcionário do SPHAN contratado por Rodrigo de M. F. de Andrade para a tarefa de realizar pesquisas sobre os artistas do período colonial no estado. Prosseguindo sua reflexão, Frota argumentará que nessa fase Mário de Andrade seguiria *um percurso mais individual, permeado de reflexão isolada, de questionamentos, de dúvidas, de doença*. Do período anterior uma permanência: *o trabalho intelectual intenso*.²⁷ Ganhará destaque agora a intensa *dedicação* e o *rigor* empenhado por Mário de Andrade na redação da biografia do *padre-pintor* Jesuíno do Monte Carmelo. Também teria destaque a compra e doação do Sítio de Santo Antônio ao SPHAN, ação por meio da qual M. de Andrade, de acordo com Frota, quase profeticamente, adiantava conceitos futuros como os de preservação de *paisagens* e *usos* adequados dos monumentos.²⁸ Nenhuma contradição entre esta postura e a imagem do ousado pensador de vanguarda da fase anterior é apontada. Tal operação memorial ressaltava apenas que ele foi, além de criador, um funcionário exemplar da repartição. Sua *entrega total* aos projetos institucionais, o volume de trabalho, a pouca remuneração, a exaustão física após dias de viagens por péssimas estradas, as noites mal dormidas, a adoção de critérios científicos nas pesquisas teóricas e de campo, a dedicação que lhe comprometeu a saúde, a doação do sítio (segundo Mário de Andrade, *ao Brasil*) são os traços ressaltados desse herói que, no campo das políticas culturais, percorreu dos cargos de direção ao “chão da fábrica”. Mais do que ninguém ele era, além de um pensador de vanguarda, um dos grandes *heróis da fase heróica*.

A grande contradição dessa representação é não reconhecer que Mário de Andrade ao se tornar funcionário do SPHAN traçou um programa de estudos para São Paulo e, posteriormente o executou, desconsiderando praticamente por completo sua primeira proposta para os trabalhos da instituição.²⁹ Em correspondência em que acertava com Rodrigo M. F. de Andrade os detalhes das pesquisas de campo para o inventário dos bens paulistas a serem tombados Mário de Andrade delimitou os limites de suas ambições

²⁷ FROTA, 1981, p. 30.

²⁸ FROTA, 1981, p. 30-34.

²⁹ Devo esta maneira de pensar às reflexões de A. A. Arantes, em: ARANTES, Antonio Augusto. Documentos Históricos, documentos de cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 22, 1987, p. 50.

com a tarefa: *é principalmente nos vilejos e no meio dos caminhos que a gente encontra em São Paulo coisas mais valiosas sob os dois pontos de vista que mais nos interessam, história e arte.*³⁰ Nessa correspondência o Assistente Técnico do SPHAN em São Paulo apresentava a seu chefe, em forma de lamentação e amargura, uma espécie de programa a ser seguido em suas pesquisas:

E há o problema geral de São Paulo. Você entenderá comigo que não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal. A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica à estética. Recensar e futuramente tomar o pouco que nos resta de seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mais que a beleza propriamente dita (esta quase não existe) tomar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características ou originais.³¹

Com esse olhar pessimista e decepcionado com o legado de seu estado à cultura nacional é que Mário de Andrade redige um Primeiro Relatório arrolando prioritariamente bens arquitetônicos religiosos, civis e militares portadores, segundo ele, *de valor histórico ou artístico, dignos a meu ver, de tombamento federal.*³² Seu segundo relatório, dentre outros assuntos, era focado na *pintura religiosa em Itu*. Quase dois meses depois vemos um recensor menos resignado, lançando-se determinadamente na tarefa de fabricar os valores estéticos da arte colonial em São Paulo. Mas se Mário de Andrade julgava impossível encontrar um gênio à altura de Aleijadinho, ele não se absteve de inventar Jesuíno de Monte Carmelo o *grande artista* autor de uma *espécie de obra-prima* por ele descoberta: a pintura do forro da capela-mor da Igreja do Carmo em Itu.³³ Essa é a metodologia de trabalho que descasa protegida sob a representação de *fase heróica*. Onde pairava a dúvida entrava em cena o endosso da voz autorizada. É a despeito dessa imagem que Mário de Andrade seria lançado a herói da nova fase da instituição.

³⁰ ANDRADE, 1981, p. 67.

³¹ ANDRADE, 1981, p. 69.

³² ANDRADE, Mário de. Primeiro Relatório: enviado pelo Assistente Técnico da Diretoria do SPHAN (16-10-1937). In: ANDRADE, 1981, p. 80.

³³ ANDRADE, Mário de. Segundo Relatório (28-11-1937). In: ANDRADE, 1981, p. 113-126.